



ReLePe

II Jornadas Latinoamericanas de Estudios Epistemológicos en Política Educativa

18, 19 e 20 de agosto de 2014 - Curitiba - Paraná - Brasil

CONCEPÇÕES DE ESTADO NA PESQUISA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS: ANÁLISE DE TESES DO PERÍODO 2006-2010

CONCEPCIONES DE ESTADO EN LA INVESTIGACIONES DE POLÍTICAS EDUCATIVAS: ANÁLISIS DE TESIS EN EL PERÍODO 2006-2010

STATE CONCEPTS IN EDUCATION POLICY RESEARCH: ANALYSIS OF THESES OF THE PERIOD 2006-2010

Maria Augusta Peixoto Mundim
Universidade Federal de Goiás - Brasil
E-mail: mariaaugusta.peixoto@gmail.com

Leonardo da Costa Vergara
Universidade Federal de Goiás - Brasil
E-mail: leonardo_ufg@hotmail.com

Eixo temático 1: Problemas e limitações no desenvolvimento da pesquisa sobre política educacional

Resumo: Este trabalho apresenta resultados preliminares de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo é apreender as concepções de Estado que têm fundamentado a produção acadêmica no campo da Política Educacional. Partindo da compreensão de que os cursos de Doutorado constituem-se em um *locus* privilegiado de produção do conhecimento, optou-se por analisar Teses de Doutorado da área de Política e Gestão da Educação, de Programas de Pós-graduação em Educação, com nota 5 na avaliação da Capes, defendidas no período de 2006 a 2010. Foram analisados 317 resumos de teses relacionadas às linhas de pesquisa de Política e Gestão da Educação, dentre os quais 83 apresentaram direta ou indiretamente a questão do Estado. Observou-se, nessas pesquisas, uma preocupação com análises mais pontuais de políticas e de programas e a recorrência de estudos sobre avaliação de resultados; administração e gestão das instituições públicas; controle exercido por organizações privadas; novos contornos e articulações entre público/privado; centralização/descentralização; regulação/regulamentação; participação e autonomia. De modo inicial, foi possível identificar as concepções de Estado gerencialista, neoliberal, regulador e democrático em 19% dos trabalhos.

Palavras-chave: Estado. Política Educacional. Gestão da educação.

Resumen: Este trabajo presenta resultados preliminares de una investigación en desarrollo, cuyo objetivo es aprehender las concepciones de Estado que fundamentan la producción académica en el campo de la Política Educativa. Partiendo de la comprensión de que los cursos de Doctorado se constituyen en un *locus* privilegiado de producción de conocimiento, se ha optado por analizar Tesis de Doctorado en el área de Política y Gestión de Educación, de Programas de Posgrado en Educación, con calificación 5 en la evaluación de Capes, defendidas en el período de 2006 hasta 2010. Se analizaron 317 resúmenes de tesis relacionadas a líneas de investigación de Política y Gestión de Educación, de los cuales 83 presentaron directa o indirectamente



la cuestión del Estado. Se ha observado, en esas investigaciones, una preocupación con el análisis más puntual de políticas y de programas, así como la recurrencia de estudios sobre la evaluación de resultados; administración y gestión de las instituciones públicas; controle ejercido por organizaciones privadas; nuevos contornos y articulaciones entre público/privado; centralización/descentralización; regulación/reglamentación; participación y autonomía. De manera inicial, fue posible identificar las concepciones de Estado gerencialista, neoliberal, regulador y democrático en el 19% de los trabajos.

Palabras clave: Estado. Política Educativa. Gestión de la educación.

Abstract: This paper presents preliminary results of an ongoing research whose objective is to grasp the state concepts that have reasoned academic production in the Education Policy field. Starting from the comprehension that the Doctoral courses are constituted in a privileged locus of knowledge production, it was decided to analyze Doctoral theses in the area of Policy and Education management of Postgraduate Programs in Education, with a grade 5 in Capes evaluation, defended in the period 2006-2010. 317 abstracts of theses related to the research lines of Policy and Education management were analyzed, among which 83 presented directly or indirectly the issue of the state. It was observed in these researches a concern with more specific analysis of policies and programs and a recurrence of studies on evaluation of results; administration and public institutions' management; exercised control by private organizations; new outlines and articulations between public/private; centralization/decentralization; regulation/legislation; participation and autonomy. Initially, it was possible to identify the state conceptions of managerialism, neoliberalism, regulator and democratic in 19% of these studies.

Keywords: State. Education Policy. Education management.

Introdução

As políticas públicas foram constituídas como uma área de conhecimento em um período recente na história. A sua origem pode ser localizada nos Estados Unidos da América e, de acordo com Souza (2006), os estudos, no geral, concentravam-se nas ações governamentais, sem estabelecer relações com as bases teóricas e epistemológicas sobre o Estado. Diferentemente da perspectiva americana, os estudos acerca das políticas públicas desenvolvidos pela tradição europeia decorrem da investigação sobre o papel do Estado e das suas funções e instituições. Para essa perspectiva, as ações governamentais devem ser analisadas como expressão sempre decorrente da concepção de Estado. Corroborando essa afirmação, Mainardes, Ferreira e Tello (2011) acrescentam que, nos Estados Unidos, os estudos de políticas alinham-se a perspectivas administrativas e gerencialistas, enquanto no Reino Unido elas se referenciam no campo da Sociologia da Educação.



No Brasil, os estudos sobre as políticas públicas ganharam centralidade a partir dos anos de 1980. De acordo com Azevedo (1997), vinculada, sobretudo, à Ciência Política e à Sociologia, a afirmação da área deu-se, principalmente, no âmbito da pós-graduação. Conforme esclarece a autora, na esfera das políticas públicas, a educação tem sido abordada como uma política social de natureza pública. Desse modo, a questão do Estado está presente, de forma direta ou indireta, em toda estrutura teórica e prática que constitui as políticas educacionais como uma área de conhecimento.

No entanto, a par de que o Estado como objeto de estudo esteja presente em parte da literatura na área, pesquisas como as de Azevedo e Aguiar (2001), Silva, Scaff e Jacomini (2010) e Gonçalves (2008) têm demonstrado a recorrência de abordagens voltadas ao contexto micro sem estabelecer relações com o contexto mais amplo, ou seja, com o plano macro das políticas. No geral, a predominância de estudos sobre a avaliação de programas e de projetos no âmbito dos governos municipais e estaduais e a ênfase nas práticas educativas em detrimento dos aspectos teóricos conceituais pode ser apontada como elementos de fragilidade na trajetória constitutiva das políticas educacionais.

Azevedo e Aguiar (2001), na investigação do tipo estado da arte em política e gestão da educação no período entre 1991 a 1997, evidenciaram que, mesmo havendo uma abrangência nacional, pode constatar-se a recorrência de estudos voltados ao contexto micro das políticas. De acordo com as autoras, no conjunto de 139 resumos selecionados entre teses, dissertações e pesquisas de docentes no período, 73% das temáticas referiam-se à análise e à avaliação de programas e projetos e apenas 16% referiam-se à análise sobre concepções das políticas de educação. Dentre as análises realizadas, são recorrentes as referências às tendências liberais e neoliberais e, conforme evidenciado pelas autoras, tratam-se de abordagens genéricas e descoladas de uma perspectiva histórica, econômica ou sociológica. Em estudo recente, Silva, Scaff e Jacomini (2010) confirmam a tendência de estudos voltados à análise ou à avaliação de propostas estaduais ou municipais direcionadas a redes específicas de ensino.



Na busca por elucidar a relação Estado e Educação na produção acadêmica ao longo das décadas de 70, 80 e 90, Gonçalves (2008) analisou 202 trabalhos publicados em anais e periódicos de diversas áreas e identificou a ênfase na abordagem dos aspectos empíricos em detrimento dos aspectos teóricos conceituais. Entretanto, a referência ao Estado aparece na maioria dos trabalhos. De acordo com a autora, as principais ênfases foram ao Estado capitalista, à sua ineficiência ou omissão, ao modelo neoliberal e ao seu autoritarismo. Se tomadas essas quatro referências, elas representam mais da metade das indicações dos artigos - o que confirma a pertinência da temática do Estado para a área e a necessidade de aprofundamento sobre a questão.

Dessa forma, ao tomar como referência a assertiva de que as políticas podem ser definidas como o “Estado em ação”, pretendeu-se, com este trabalho, investigar a produção acadêmica na área das Políticas Educacionais no âmbito nacional, com o intuito de organizar o conteúdo produzido no período de 2006 a 2010 e para compreender melhor sua identidade enquanto área do conhecimento e pesquisa, bem como apreender as concepções de estado presentes nos trabalhos e na fundamentação da área.

Por se tratar de uma análise e sistematização do que foi produzido em um intervalo de tempo em uma área específica de produção acadêmica, o recurso metodológico utilizado referenciou-se nos estudos denominados de Estado da Arte ou do conhecimento. Segundo Haddad e Sposito (1999), os estudos caracterizados como Estado da Arte permitem,

[...] num recorte temporal definido, sistematizar um determinado campo do conhecimento, reconhecer os principais resultados da investigação, identificar temáticas e abordagens dominantes e emergentes, bem como lacunas e campos inexplorados abertos a pesquisas futuras. (HADDAD; SPOSITO, 1999, p. 9).

Partindo da compreensão de que os cursos de doutorado constituem um *locus* privilegiado de produção do conhecimento, dado o aprofundamento teórico-conceitual que a pesquisa deve neles assumir, particularmente no que se refere à temática do Estado, optou-se por selecionar apenas as teses defendidas na área de Gestão e Políticas Educacionais no período de 2006 a



2010 dos Programas de Pós-graduação conceituados pela Capes com nota cinco e/ou acima de cinco. Objetivou-se, também, com essa delimitação, privilegiar a produção do conhecimento diretamente ligada às linhas de pesquisas relacionadas ao Estado, à Gestão e às Políticas Educacionais.

Com esse critério, a partir de um universo de 92 programas avaliados pela Capes, foram selecionados apenas 20, como pode ser observado no quadro 1 a seguir:

Quadro 1 - Programas de Pós-graduação em Educação com nota cinco pela avaliação da Capes e as linhas de pesquisas referentes à área de políticas educacionais no período de 2006 a 2010

INSTITUIÇÃO	LINHA DE PESQUISA
PUC-RIO	Educação, relações sociais e construção democrática
UERJ	Conhecimento, Autonomia e Participação
UFMG	Políticas Públicas e Educação: formulação, implementação e avaliação
PUC/RS	Fundamentos, políticas e práticas da educação brasileira
UFF	Filosofia política e processos históricos em educação
UNISINOS	Educação, história e políticas
USP	Estado, sociedade e educação
PUC/SP	Políticas públicas e reformas educacionais e curriculares
UFES	História, sociedade, cultura e políticas educacionais
UFG	Estado e política educacional
UFPEL	**
UFPR	Políticas Educacionais
UFRGS	Políticas de formação, políticas e gestão da educação
UFRJ	Políticas e instituições educacionais
UFRN	Política e práxis da Educação
UFSCAR	Estado, gestão e políticas educacionais
UFU	Política, saberes e práticas educativas
UNESP/MAR	Política educacional, administração de sistemas educativos e unidades escolares
UNICAMP	Planejamento educacional, políticas públicas e gestão educacional
UNIMEP	Política e gestão da educação

Fonte: Elaborado pelos autores para fins de pesquisa.

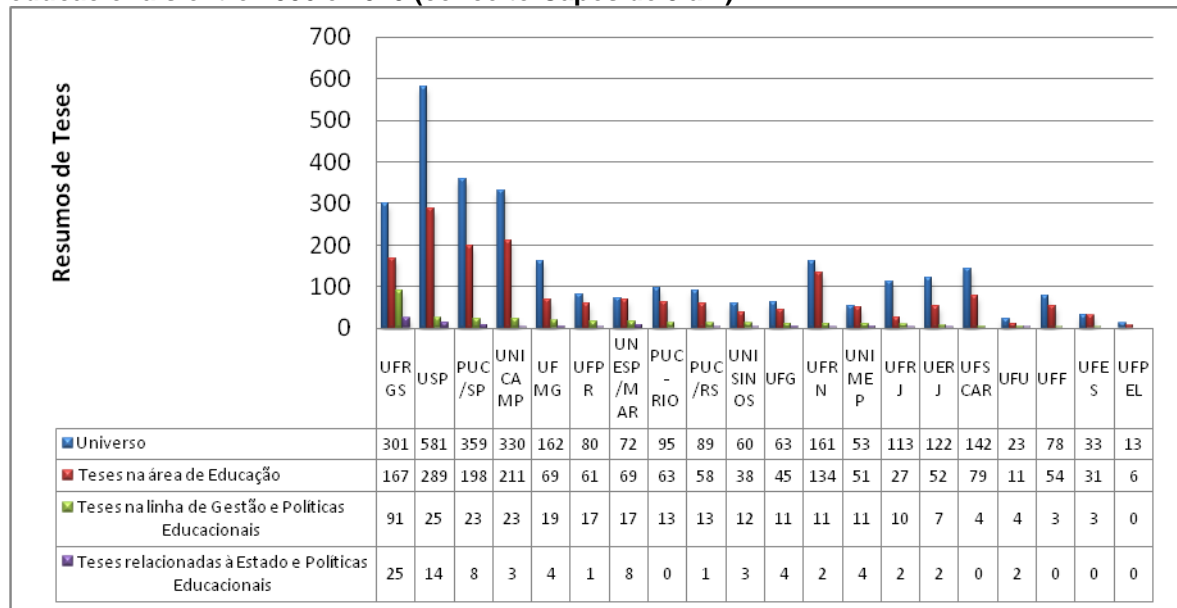
** Não apresentou linha de pesquisa em gestão e políticas educacionais ou áreas afins.

A primeira etapa da pesquisa iniciou-se com a busca dos resumos das teses e, de acordo com o nível de abrangência, foi dividida em três momentos: 1) Utilizando o descritor “Educação”, chegou-se a um total de 2.349 teses, compreendendo todas as áreas do conhecimento. 2) Desse total, foram selecionados 1.713 resumos de teses dos Programas de Pós-graduação em Educação. 3) Dos 1.713 resumos, selecionou-se 317 correspondentes às



linhas de pesquisa referentes à área das Políticas Educacionais e Gestão da Educação. Os 317 resumos das teses em estudo foram analisados em planilhas que auxiliaram o trato metodológico permitindo a construção do banco de dados da pesquisa. Com essa etapa, por meio da aplicação de planilhas, foram selecionados 83 resumos das teses que discutiam direta ou indiretamente a questão do Estado.

Gráfico 1 – Teses de doutorado em Educação na linha de pesquisa gestão/políticas educacionais entre 2006 e 2010 (conceito Capes de 5 a 7)



Fonte: Sistematização das planilhas de análise elaboradas a partir dos dados disponíveis no Banco de Teses do site da Capes <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>.

Na segunda etapa da pesquisa, em andamento, pretende-se analisar as 83 teses na íntegra com o intuito de apreender as concepções de Estado presentes na fundamentação dos trabalhos e, conseqüentemente, na área de Políticas Educacionais. A seguir, apresentar-se-ão os dados parciais referentes à análise dos 83 resumos selecionados.

A Relação Estado e Políticas Educacionais: primeiras aproximações

Partindo da análise dos 83 resumos de teses, arbitrariamente, foi possível agrupá-los em eixos de análises específicos, levando em consideração os aspectos teórico-metodológicos: A - Objetivo da tese; B - Contexto abordado; C - Referencial Teórico; D - Relação Estado-Governo; E -

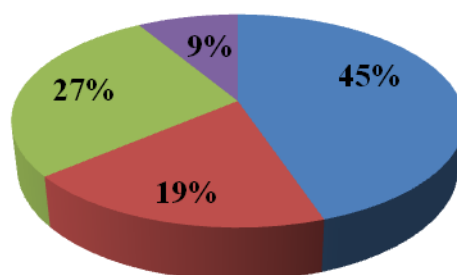


Enfoque Teórico Específico; F - Conceção de Estado; G - Conceção de Políticas; H - Atuação e Intervenção Estatal.

Dentro do eixo “A”, foram elucidados quatro diferentes objetivos de estudos, com uma clara tendência às análises de programas específicos de Governo, como segue no gráfico 2.

Gráfico 2 – Objetivos das teses

- Analisar políticas, Programas e Projetos
- Abordar implicações teóricas acerca das ações, intervenções estatais
- Avaliação das políticas
- outro



Fonte: Sistematização das planilhas de análise elaboradas a partir dos dados disponíveis no Banco de Teses do site da Capes <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>.

Percebe-se que a maioria dos trabalhos analisados propõe-se a estudos de políticas, de programas e de projetos, em específico, o que sugere estudos mais voltados ao pontual e micro das políticas educacionais. Conforme já se afirmou, isso demonstra uma fragilidade epistemológica das linhas de pesquisa e, conseqüentemente, da área. Ao tomarem como objeto de estudo um programa ou um projeto de Governo, 27% dos resumos têm se limitado a descrição das formas de operacionalização e da avaliação sobre a eficácia ou não dos programas e projetos governamentais. Dessa forma, a análise evidenciou que a maior parte dos trabalhos pode ser compreendida como instrumento avaliativo das políticas governamentais.

A despeito disso, por conseguinte, em 30% dos trabalhos desse eixo foi evidenciada uma preocupação em relacionar as políticas locais com o contexto



mais amplo das políticas nacionais, abarcando análises mais aprofundadas sobre as origens e o desenvolvimento de políticas educacionais no país. Do total de resumos analisados, somente 19% apresentaram discussões sobre as implicações teóricas acerca das ações e das intervenções estatais. Nessa amostragem, concentraram-se as análises acerca das concepções de Estado e suas instituições. Os outros 9% dos resumos não discutem nenhum ponto relacionado ao Estado, ao governo ou às políticas educacionais.

Foram analisados os 19% dos resumos que faziam discussões acerca das implicações teóricas e das ações e intervenções estatais. Conforme consta no quadro 2, a partir da recorrência de termos e categorias indicativas do movimento de ação/intervenção estatal, foi possível inferir, de modo preliminar, sobre as concepções de Estado presentes nos trabalhos. Cabe destacar, aqui, que o trabalho com resumos apresenta sérios limites e constitui apenas a primeira etapa da análise, desse modo, as concepções elencadas devem ser tomadas apenas como indicativas de tendências a serem confirmadas.

Quadro 2 – Categorias indicativas dos processos de ação, atuação e intervenção estatal presentes em 19% dos resumos analisados

Ação/atuação e intervenção do Estado	Concepção de Estado	Nº
Regulação/regulamentação e direcionamento das políticas e dos processos de gestão.	Estado regulador	1
Avaliação de resultados; administração e gestão das instituições públicas; controle exercido por organizações privadas; novos contornos e articulações entre público/privado/não estatal/quase mercado.	Estado gerencialista/ avaliador	5
Centralização/descentralização/ desconcentração/municipalização.	Estado neoliberal	3
Participação/descentralização/autonomia	Estado democrático	2

Fonte: Sistematização das planilhas de análise elaboradas a partir dos dados disponíveis no Banco de Teses do site da Capes <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>.

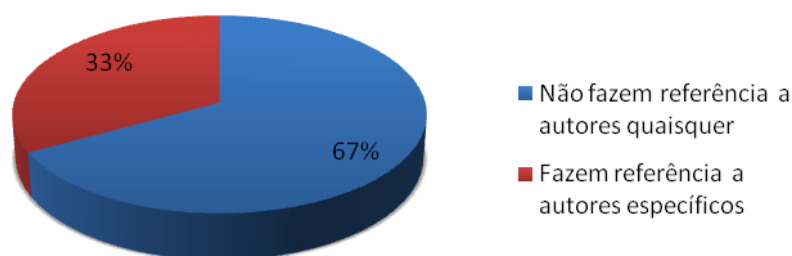
O eixo “B” apresenta a análise do contexto abordado nos resumos das teses com seus níveis de abrangência, em que 33% abordam o contexto nacional, 23% o local, 21% o regional, 15% a relação macro/micro e apenas 8% abordam o contexto internacional. Esse eixo relaciona-se diretamente ao eixo “A”, pois a maioria dos resumos analisados aborda o contexto nacional,



local ou regional e podem ser arbitrariamente relacionados aos dados que confirmam as análises de programas e de projetos de governo do eixo anterior. Nesse sentido, chama a atenção o fato de que apenas 15% dos resumos apresentam alguma análise das Políticas com uma macro abordagem, ou seja, análises mais amplas da relação Estado-Governo-Políticas.

Outro ponto da análise está relacionado ao referencial teórico presente nos resumos. Por se tratar da primeira via de divulgação do texto completo da tese, a expectativa era de que o resumo pudesse conter de maneira clara e bem definida quais os autores que fundamentaram a pesquisa, porém os dados do eixo “C” demonstraram que a maioria dos resumos não faz referência a quaisquer autores ou correntes teóricas, o que pode ser observado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Referencial Teórico

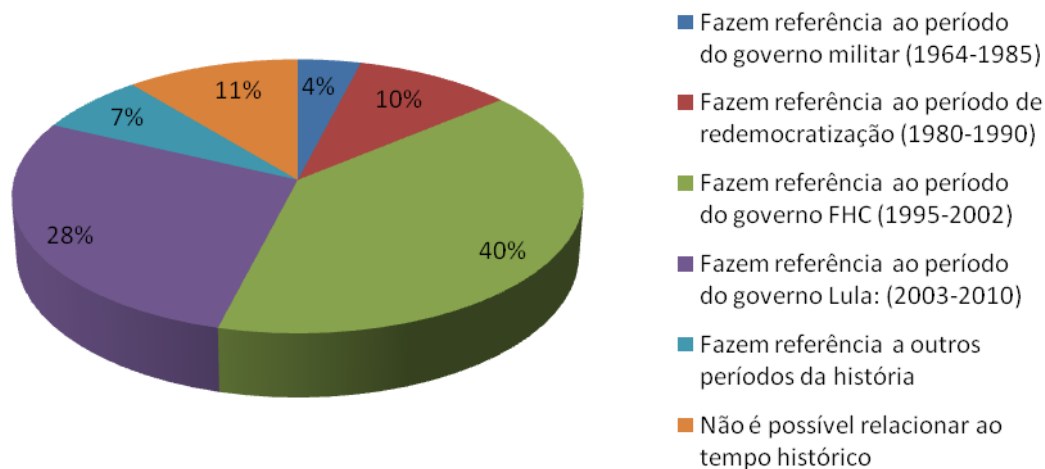


Fonte.: Sistematização das planilhas de análise elaboradas a partir dos dados disponíveis no Banco de Teses do site da Capes <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>.

O eixo “D” elucida o período histórico abordado nos resumos com os governos que representavam o Estado, conforme demonstra o gráfico 4. Nota-se que, majoritariamente, os resumos fazem referência ao período do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), totalizando 40% dos dados e, logo após, o governo Lula com 28%.



Gráfico 4 – Relação Estado/Governo

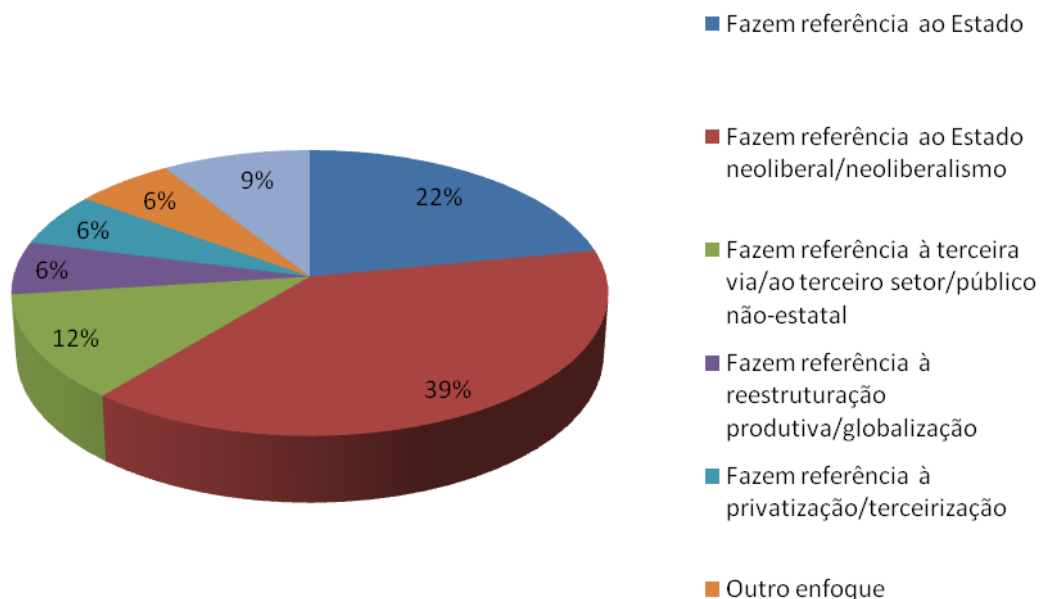


Fonte: Sistematização das planilhas de análise elaboradas a partir dos dados disponíveis no Banco de Teses do site da Capes <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>.

Os resultados agrupados no eixo “D” relacionam-se diretamente às análises obtidas no eixo “E”, onde está apresentado o enfoque teórico específico das pesquisas (Gráfico 5). Percebe-se que, do total de resumos que apresentaram um enfoque teórico, 39% estão direta ou indiretamente ligados à crítica do Estado neoliberal/neoliberalismo, mencionando a privatização/terceirização, a municipalização, o estado mínimo, programas avaliativos da qualidade da educação ou, ainda, a relação das políticas nacionais para a educação com as agendas de órgãos internacionais. Dessa forma, percebe-se que existe correlação entre o período predominante na análise - o Governo FHC (1995 – 2002) -, com o enfoque teórico predominante nos resumos, como é o caso do Estado Neoliberal. Isso se justifica, tendo em vista que, justamente ao Governo FHC, foram concentradas iniciativas da frente Neoliberal na implementação de reformas no Estado e na educação.



Gráfico 5 – Enfoque teórico específico



Fonte: Sistematização das planilhas de análise elaboradas a partir dos dados disponíveis no Banco de Teses do site da Capes <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>.

Ainda analisando o eixo “E”, é importante ressaltar que, dentre os resumos selecionados nesse eixo, somente 22% dos trabalhos estabelecem relação entre o Estado, em seu sentido geral, de maneira ampla, e as políticas governamentais locais. Isso confirma o fato de que a maioria dos trabalhos propõe-se a discutir programas e projetos de governo sem a preocupação com a perspectiva de Estado aos quais se vinculam. É importante explicitar que o Estado desempenha funções decisivas, tanto políticas como econômicas, para o funcionamento e a expansão das condições de produção e de reprodução social. As políticas governamentais, por sua vez, expressam o modo pelo qual as relações e estruturas econômicas e políticas organizam-se, antagonizam-se ou modificam-se em razão dos objetivos e dos determinantes da ordem social vigente. Desse modo, ao analisar o desenvolvimento da política governamental, nos seus aspectos práticos e ideológicos, não se deve perder de vista a sua orientação política como parte constitutiva do Estado, ou seja, com o devido cuidado de não se tomar o Estado pelo governo.



Os dois últimos eixos de análise “F” e “G” estão relacionados às concepções de Estado, à concepção de políticas e à atuação e à intervenção estatal, respectivamente, como é possível perceber no quadro 3.

Quadro 3 - Concepção de política e atuação e intervenção estatal

F- Concepção de Políticas	%
Está claramente explicitada	16
Não está claramente explicitada, mas pode ser identificada	51
Não é possível identificar	27
Não é abordada	6
H- Atuação e intervenção Estatal	%
Está claramente explicitada	25
Não está claramente explicitada, mas pode ser identificada	47
Não é abordada	10
Não é possível identificar	18

Fonte: Sistematização das planilhas de análise elaboradas a partir dos dados disponíveis no Banco de Teses do site da Capes <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>.

Levando em consideração que as políticas educacionais como uma área de pesquisa têm por referência a análise e a discussão acerca do Estado e de suas instituições, torna-se muito instigante a observação sobre essas duas categorias em específico, isso porque, justamente esses pontos, deveriam ser evidentes e claramente delimitados.

Considerações finais

No que se refere às ações e aos processos de intervenção estatal, foi possível identificar a recorrente referência ao movimento de reformas da educação como parte fundamental da reforma do Estado. A análise dos dados permitiu identificar a ênfase na gestão das políticas educacionais; a emergência do modelo gerencialista baseado na lógica do mercado e da iniciativa privada; a adoção dos princípios e do modelo gerencialista na administração das instituições educacionais públicas. A forte presença do Estado na implementação de programas de avaliação em todos os níveis e etapas do sistema educacional é emblema desse movimento.



É importante afirmar que os processos de atuação e de intervenção estatal não se apresentam de forma objetiva e explícita, ao contrário, eles se apresentam de forma contraditória, mesclando, em muitos momentos, ações que envolvem a centralização e a descentralização que podem ser compreendidas como desconcentração no contexto da desresponsabilização e da minimização do Estado.

Foi possível identificar, ainda, novos contornos e novas articulações no que se refere às esferas do público/Estado e do privado/mercado. A recorrência do estabelecimento de parcerias no interior dos projetos e dos programas governamentais e a emergência do que tem sido denominado de quase mercado e do público não estatal são demonstrativos das mudanças em curso.

O presente estudo possibilitou o levantamento parcial da produção acadêmica dentro das linhas de pesquisa em Gestão e Políticas Educacionais no Brasil no período de 2006-2010. Conforme se afirmou, a análise de resumos encontra uma limitação da riqueza teórico conceitual presente nas teses em sua íntegra. Entretanto, foi possível apreender, ainda que de forma difusa, secundária e episódica, as concepções de Estado presentes nos trabalhos analisados. A questão do Estado afirma-se como de fundamental importância e os dados aqui apresentados indicam que esse aspecto necessita ser fortalecido nas pesquisas de política educacional, tendo em vista o aprofundamento e busca de maior consistência teórica, epistemológica e analítica.

Referências

AZEVEDO, J. M. L. de. **A Educação como Política pública**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1997. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v. 56).

AZEVEDO, J. M. L. de; AGUIAR, M. A. da S. Políticas de educação: concepções e programas. In: WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. (Coords.). **O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil (1991-1997)**. Brasília: ANPAE; Campinas, SP: Autores Associados, 2001.



GONÇALVES, N. G. História, Estado e Educação: uma leitura sobre o Estado brasileiro (1971-2000). **Educar**, Curitiba, n. 31, p. 145-165, 2008.

HADDAD, S.; SPOSITO, M. P. **Juventude e educação**: uma análise da produção de conhecimento. São Paulo: Relatório Científico Final, FAPESP, 1999.

MAINARDES, J.; FERREIRA, M. dos S.; TELLO, C. Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico-metodológicos. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais**: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, A. A.; SCAFF, E. A. da S.; JACOMINI, M. A. Políticas Públicas e educação: o legado da Anped para a construção da área no período de 2000-2009. **33ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu - MG. 2010.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, a. 8, n. 16, jul./dez., p. 20-45, 2006.